

A Marca Coletiva e Territorial de São Bonifácio (SC) - Um caso de promoção de Desenvolvimento Micro-Territorial Sustentável

Mauro De Bonis Almeida Simões

(Professor do Departamento de Design - DDE / CEART / UDESC e membro do Grupo de Pesquisa e Práticas Interdisciplinares em Sociabilidades e Territórios - maurodebonis@yahoo.com.br)

Resumo: Entre 2005 e 2008 foi planejado e executado o Projeto Farol de Pesquisa Participativa / Projeto Microbacias 2 / EPAGRI do município de São Bonifácio, o qual deflagrou uma série de atividades que acabaram por se configurar num embrionário processo de Desenvolvimento Micro-Territorial Sustentável. Para esta oportunidade foi construída a Marca Coletiva e Territorial do micro-território de São Bonifácio, tendo os pensamentos sistêmico e complexo como fundamentos, os quais também animaram o resgate da experiência de construção desta Marca e a discussão do presente artigo e temas correlatos. Todavia, este artigo é parte de uma pesquisa maior, ainda em curso, a qual dialeticamente analisa a construção desta Marca e da Cesta de Bens Territoriais de São Bonifácio e, sobretudo, os efeitos produzidos por estas intervenções na dinâmica das redes de sociabilidades do micro-território catarinense em questão.

Palavras-chave: 1) Marca Coletiva; 2) Cesta de Bens Territoriais; 3) Design para a Sustentabilidade; 4) Desenvolvimento Territorial Sustentável; 5) Empoderamento Comunitário.

Introdução

Este artigo é a síntese de uma pesquisa científica, a qual, por sua vez, é uma parcela de uma pesquisa qualitativa de maior amplitude e abrangência. Esta última é de caráter dialética e interdisciplinar, denominada “A dinâmica das redes de sociabilidades no processo de desenvolvimento territorial sustentável - um estudo de caso em São Bonifácio / SC”. A pesquisa “menor” possui um caráter inter e transdisciplinar, e remete “A Construção e os Efeitos da Marca Coletiva e Territorial do Município de São Bonifácio (SC)”.

O objetivo do presente artigo corresponde, então, a uma parte destes trabalhos de investigação científica, a qual resgata e analisa a experiências de design gráfico realizada através do Projeto Farol de São Bonifácio e seus desdobramentos mais imediatos. Ocorre que este Projeto Farol de Pesquisa Participativa desencadeou um embrionário processo de Desenvolvimento Micro-Territorial Sustentável, a partir do qual esta Marca Coletiva e Territorial procurou dar expressão e visualidade, motivando e mobilizando a comunidade local em torno do seu planejamento e gestão territorial.

Trata-se de um município com 461 km² de área¹, altitude média de 410 m acima do nível do mar e clima temperado variando entre 15 e 25°. Localiza-se a 83 km de Florianópolis, contabiliza 3.218 habitantes² e possui uma forte identidade cultural herdada de imigrantes alemães da região da Westfália. Além disso, predomina a Agricultura Familiar e a respectiva manufatura de produtos artesanais “coloniais” entre as suas atividades socioeconômicas.

Todavia, a ocorrência deste recente processo de desenvolvimento de São Bonifácio não foi um fato isolado. Entre 1990 e 2000, vários trabalhos foram elaborados relacionando a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Local Sustentável. De 2000 em diante, novos projetos de desenvolvimento foram promovidos por arranjos institucionais de agentes do governo federal, de governos estaduais e prefeituras, pesquisadores de universidades públicas, dirigentes de sindicatos patronais e de trabalhadores e ong’s, onde praticamente substituiu-se a noção de “local” pela de “território” (Carrière & Cazella, 2006:23), fazendo emergir experiências de Desenvolvimento Territorial (Abramovay, 2006) e outras de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Vieira, 2006) no Brasil.

¹ Fonte: <www.ibge.com.br/cidadesat/> (acesso em 2008).

² Fonte: <www.ibge.gov.br/home/estatistia/populacao/censo2000> (acesso em 2008).

São Bonifácio protagonizou um desses processos entre 2005 e 2008, estimulado pelo Governo do Estado através do Projeto Microbacias 2 / EPAGRI³ e do Projeto Farol de Pesquisa Participativa⁴, sendo que este último foi formulado por extensionistas, pesquisadores e agricultores familiares e outros atores sociais do município (De Boef & Pinheiro, 2005). Deste Projeto decorreu a construção de uma Marca Coletiva e uma Cesta de Bens Territoriais (Pecqueur, 2006), resultando numa interessante mobilização comunitária que interagiu para construir este novo tipo de patrimônio cultural imaterial⁵ e coletivo⁶ que se expressa através da articulação do design com o planejamento e gestão territorial para o desenvolvimento.

Esta experiência abriu um campo novo de pesquisa científica, sobretudo para os interessados no “novo rural” brasileiro (Stropasolas, 2006), onde a interdisciplinaridade (Lenoir & Hasni, 2004) tenta indicar os caminhos complexos e dialéticos que envolvem as interações globais / locais (Pecqueur, 2006:82) dos micro-territórios, sobretudo quando estes são potencializados da precaução da sustentabilidade e a valorização de cada identidade cultural. Assim, ao que tudo indica, só mesmo um pensamento crítico ao global e sensível ao local poderá oferecer às sociabilidades das geografias contemporâneas instrumentos de análise para se compreender qual é o espaço das comunidades rurais neste mundo ausente de solidariedade, prudência ambiental e exacerbação econômica com orientação neoliberal.

Entretanto, até onde o prazo de um ano de pesquisa permitiu investigar, a idéia de uma marca coletiva com abrangência territorial ainda não foi devidamente explorada pela comunidade acadêmica do design, havendo, portanto, pouco material científico disponível sobre o tema no país, tornando a tarefa de pesquisa ainda mais instigante. Ainda assim, embora uma marca territorial não produza o desenvolvimento de um “território construído” (Pecqueur, 2006:95), ela sintetiza sua visualidade e pode dar expressão às iniciativas dos projetos que harmonizem identidade cultural e ambiente como “motores do desenvolvimento” (Cerdan *et al.*, 2007), tornando compreensível para agricultores familiares e lideranças comunitárias como se pode e articular soluções para um desenvolvimento socialmente incluyente, economicamente humanizado e eficiente e ambientalmente prudente.

Deste modo, trabalhos deste tipo se justificam na mesma medida em que as relações sociais do campo se transformam dia-a-dia sob os efeitos da globalização econômica (Abramovay, 2003:92), desconfigurando lentamente a estética “colonial” do sul do país, onde a Agricultura Familiar e sua produção artesanal até pouco tempo exprimiam um tipo de vida e seus ritmos de muitas localidades. No entanto, vem emergindo um novo estilo de vida entre os jovens do campo desse “novo rural” (Stropasolas, 2006), os quais migram às precárias periferias de centros urbanos de portes grande ou médio pretendendo conseguir trabalho não-agrícola, opções de lazer e mais escolaridade, e onde encontram subempregos que não os auto-realizam por falta de capacitação técnica para o exercício profissional da atualidade.

Assim, este artigo procura resgatar e debater alguns elementos deste embrionário processo de Desenvolvimento Micro-Territorial Sustentável que contou com a construção da Marca Coletiva e da Cesta de Bens Territoriais de São Bonifácio, dentre outras iniciativas tão ou mais importantes, elaboradas ao longo de 2006 por estudantes de disciplinas de Prática Projetual em Design Gráfico do Curso de Design da UDESC, sob a minha orientação.

1. Apontamentos metodológicos da pesquisa

Focalizado na Agricultura Familiar de São Bonifácio, o objeto de estudo da presente pesquisa foi operado através dos paradigmas do Desenvolvimento Territorial e do Desenvolvimento Sustentável, relacionando questões de identidade e de transformações do mundo rural, redes de sociabilidades e o empoderamento comunitário de um pequeno território rural. Empiricamente foram verificadas algumas ações e desdobramentos do Projeto Farol de Pesquisa Participativa de São Bonifácio,

³ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

⁴ Até 2006 foi este o termo utilizado para designar este tipo de pesquisa. Daí em diante adotou-se o termo “Pesquisa-Extensão e Aprendizagem - PEAP”.

⁵ Ver <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>> (acesso em 2008).

⁶ Ver <www.mct.gov.br/index.php/content/view/full/40155.html> (acesso em 2008), onde o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (artigo 81) dispõe que: “(...) I - interesses ou direitos difusos, (...) de natureza indivisível” e “(...) II - interesses ou direitos coletivos, (...) de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si”.

concebido e executado entre 2005 e 2008, envolvendo famílias de pequenos agricultores, emergentes produtores artesanais e comerciantes, agentes públicos municipais e estaduais e estudantes e professores da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Do ponto de vista epistemológico, este projeto de pesquisa se assentou na promoção experimental de um diálogo de saberes entre o pensamento sistêmico e complexo (Morin, 1999) e a dialética marxista (Gadotti, 1990), com a pretensão de contribuir em um embrionário processo desenvolvimento com a construção participativa de uma Marca Coletiva e de uma Cesta de Bens Territoriais para São Bonifácio, testando, deste modo, propor um novo instrumento de análise e de intervenção social, econômica e ambiental.

Este novo instrumento de análise e de intervenção ainda é bastante incipiente, mas articulou o exercício de montagem da Formação Socioespacial (Santos, 1980) na tentativa de entender as características e a história do local focalizado na pesquisa, com a teoria e os instrumentos do Design para a Sustentabilidade, com os quais se construiu participativamente a Marca e Cesta de Bens Territoriais em questão neste artigo. Esta nova episteme merece muitos estudos e aperfeiçoamentos, mas, ainda assim, possibilitou conhecer as redes de sociabilidade que existiam antes e depois deste processo de desenvolvimento e permitiu intervir construindo participativamente estes novos bens imateriais. Esta nova perspectiva possivelmente indica uma categoria de design, percebido por integrantes do grupo de pesquisa PEST / UDESC como Design Integral.

A intenção com tudo isto era oferecer à comunidade de São Bonifácio e à comunidade acadêmica do design uma reflexão e leitura particular da realidade, onde um processo de desenvolvimento de um micro-território circunscrito na área de Parque Estadual da Serra do Tabuleiro conseguiu opera entre as dinâmicas sutis e quase invisíveis das redes de sociabilidade (Simmel, 193:171) do município. Todavia, é bom lembrar, o pensamento complexo instruiu que todo conhecimento é parte de um sistema aberto e, como tal, permanentemente incompleto e inacabado (Morin, 2007:49).

Por fim, a observação participante também foi utilizada na produção desta pesquisa, assim como entrevistas de agentes públicos de desenvolvimento e a história de vida daqueles que a comunidade de São Bonifácio reputa guardiões de suas memórias mais afastadas no tempo, as quais preencheram alguns vazios do entendimento do passado do município, conectando-nos às raízes de sua identidade cultural, permitindo-nos tentar decifrar como são e se deram suas relações sociais, as quais precedem e estabelecem a religião, a economia, a política, o saber fazer local, as formas de lazer e tudo mais que distingue esta de outras localidades.

2. Resultados alcançados

2.1 O Projeto Microbacias 2 / EPAGRI

O Projeto Microbacias 2 / EPAGRI oficialmente se chamava “Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRAPEM / MICROBACIAS 2”, e entre suas principais diretrizes figuram:

Tabela 1: Síntese do Projeto PRAPEM / MICROBACIAS 2

Objetivo	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia e estimulando uma maior organização e participação no planejamento, gestão e execução das ações.
Área de atuação	O Projeto será desenvolvido em todo Estado de Santa Catarina, devendo atingir 879 microbacias hidrográficas, o que representa 52% das existentes.
Beneficiados	Serão atendidos pelo Projeto, prioritariamente, os pequenos agricultores familiares com renda de até 2 salários mínimos por mês, empregados rurais e populações indígenas, totalizando 105 mil famílias residentes nas microbacias.
Principais metas	a) Em manejo e conservação de recursos naturais; b) Em melhoria de renda: implantação de 2.350 [ações] de agregação de valor, beneficiando 50.000 famílias; melhoria do sistema de produção em 40.000 propriedades; implantação e aquisição de insumos e serviços; e c) Em melhoria de habitação: implantação de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água beneficiando 30.000 famílias;

	destinação adequada de efluentes domésticos beneficiando 14.500 famílias; reforma de moradias beneficiando 15.000 famílias.
Recursos financeiros	US\$ 107,5 milhões, sendo 59% financiado pelo BIRD e 41% de contrapartida do Estado de Santa Catarina, [com prazo de execução de] 6 anos (2002 a 2008).
Executores	Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural - SDR (Coordenação), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - ICEPA e Fundação do Meio Ambiente - FATMA.

(Fonte: www.microbacias.sc.gov.br/simep, com acesso em 2008).

Como se pode notar, é um projeto de grande envergadura e fluxograma extenso. A saber:

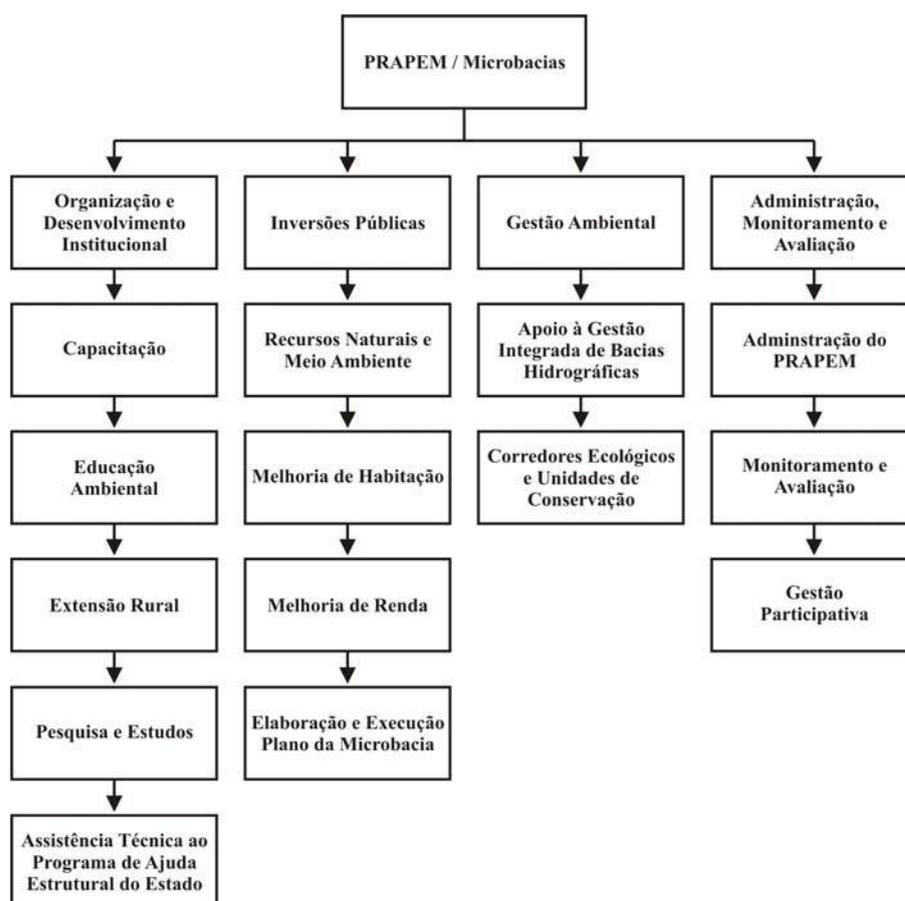


Figura 1: Fluxograma do Projeto PRAPEM / MICROBACIAS 2
(Fonte: <http://www.microbacias.sc.gov.br/simep/>, acesso em 2008).

Examinando seus detalhes, constata-se que o PRAPEM / Microbacias 2 é um programa de promoção de desenvolvimento local sustentável (Martins, 2002) em âmbito estadual, tendo a bacia hidrográfica como unidade primordial de planejamento. O Projeto envolve um mosaico de atividades pautadas por um paradigma novo para entidade executora, a EPAGRI, sobretudo na ocasião do seu lançamento, baseado no pensamento sistêmico e na noção de sustentabilidade.

Entre os pesquisadores da EPAGRI, verificou-se que uma parcela demonstrou aptidão para operá-lo e uma outra lhe foi refratária, tal como de fato ocorre em experiências que envolvem mudanças paradigmáticas. Entre os extensionistas - aqueles que atuaram mais próximos dos indivíduos e comunidades das microbacias trabalhadas - , também houve reações favoráveis e desfavoráveis. Entre as desfavoráveis, pareceu haver preferência por uma atuação convencional da extensão técnica,

enquanto que, aos demais, a noção de desenvolvimento rural era interessante, ainda que exigisse uma visão mais abrangente do trabalho e uma pluralidade de tarefas e temas a serem exercidos.

Nas comunidades observadas, o Projeto causou um certo estranhamento entre agricultores e autoridades municipais, sobretudo no momento da implementação das pesquisas participativas, mesmo produzindo satisfação entre os agricultores ao oferecer uma nova abertura e disposição dos extensionista e pesquisadores para os trabalhos que extrapolavam as funções “clássicas” da pesquisa e da extensão, tal como orientar a construção de fossas assépticas para residências de agricultores, por exemplo. No que tange as lideranças políticas, pareceu haver um certo sentimento de perda de autoridade na ocasião dos trabalhos em que se discutiu e se decidiu coletiva e horizontalmente. Isso ocorreu com mais ênfase com as lideranças locais autoritárias e nas comunidades mais conservadoras.

Entre as críticas mais duras dirigidas ao Projeto, registrou-se que ele deveria dispor de um modelo de gestão flexível, possibilitando a proposição de projetos pelos próprios agricultores familiares beneficiários; que deveria ter mais presença das ong's para realizar os trabalhos sócio-ambientais em que a EPAGRI não possuía grande experiência; ou que Projeto foi muito caro para produzir poucos resultados que de fato alterou para melhor a vida dos seus beneficiários.

Enfim, mesmo não tendo encontrado uma avaliação oficial do resultado final do PRAPEM⁷, há muito material disponível no *site* do Projeto, onde se pode acessar diversos relatórios de atividades realizadas. De mais a mais, parece haver interesse do Estado em prorrogar o Projeto, segundo a oficiosidade de alguns extensionistas e pesquisadores mais animados com esta perspectiva.

2.2 3.1 O Projeto Farol de Pesquisa Participava (ou PEAP) de São Bonifácio

Dentre as atividades do Projeto PRAPEM / Microbacias 2, uma teve importância estratégica para o mais recente processo de desenvolvimento de São Bonifácio: o Curso de Capacitação em Pesquisas Participativas, coordenado por Sergio Leite Guimarães Pinheiro (pesquisador da EPAGRI e professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas / UFSC) e Valter Simon De Boef (consultor internacional do Projeto PRAPEM / Microbacias 2 e professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas / UFSC, na época).

Esta capacitação foi um processo e resultou em dez “Projetos Faróis de Pesquisa Participativa”, os quais, mais tarde, foram identificados como “Projetos de Pesquisa-Extensão e Aprendizagem - PEAP / Microbacias 2 / EPAGRI”. Neste processo, várias experiências internacionais de pesquisas participativas e suas respectivas metodologias foram apresentadas e discutidas por um grupo de aproximadamente cem profissionais, entre os quais havia pesquisadores, extensionistas, agricultores familiares, presidentes de Associações de Desenvolvimento de Microbacias e alguns convidados externos.

Assim, dez Projetos PEAP foram elaborados por dez equipes, os quais foram expostos a todos os envolvidos na capacitação e refinados pelas equipes propositoras. Entre estas equipes estava a do Prof. Douglas Ladik Antunes⁸, do Curso de Design da UDESC. Nesta oportunidade ele coordenou um dos dez Projetos PEAP, denominado “Tecnologias Produtivas, Design e Pesquisa Participativa - Estudo de Caso do Artesanato de Cipó Imbé em Garuva - SC” (Simões *et al.*, 2009), o qual foi parcialmente institucionalizado na UDESC e realizado em parceria com a UFSC. Integrei este Projeto PEAP de Garuva com a Roberta Helena dos Santos Tonicelo - ex-acadêmica do Curso de Design da UDESC - , e os nossos esforços ensejaram a criação de uma pequena “rede projetual” (Manzini, 2008:83) que operou participativamente soluções de projeto de design orientados à sustentabilidade (Manzini & Vezzoli, 2002), utilizando, enfim, conhecimentos adquiridos nesta capacitação, repassados pelo Professor Douglas, entre outros.

Em paralelo, o Projeto PEAP de São Bonifácio foi pautado na qualidade de vida da comunidade de uma microbacia que maneja gado e produz leite, e parte desta produção é manejada com “Pastoreio

⁷ Em <www.microbacias.sc.gov.br/simep/>, com acesso em 2009, é possível acessar a opção de “Biblioteca”, onde uma série de documentos e relatórios de atividades do Projeto PRAPEM / Microbacias estão disponíveis.

⁸ Membro do Grupo de Pesquisa e Práticas Interdisciplinares em Sociabilidades e Territórios - PEST / UDESC.

Racional Voisin”⁹. Esta iniciativa desencadeou, em última análise, uma interação dos atores sociais envolvidos nesta atividade, a qual extrapolou seu recorte inicial e acabou estimulando a formação de outros grupos e outros temas do desenvolvimento recente de São Bonifácio.

Constatou-se também que os Projetos PEAP de Garuva (Simões *et al.*, 2009) e de São Bonifácio realmente motivaram atores sociais, irradiaram-se em ações comunitárias e produziram desdobramentos que devem ser considerados embriões de Desenvolvimento Micro-territorial Sustentável. Todavia, estes Projetos são diferentes, possuem metodologias distintas e foram orientados às comunidades com perfis sócio-econômicos e culturais distintos, tendo em comum abordagens sistêmicas e complexas e a participação de atores sociais nos seus processos de trabalho e decisão.

A relevância desta Capacitação é interessante e surpreendente, de modo que vale listar os dez Projetos PEAP, seus temas e os locais onde foram implementados. A saber:

Tabela 2: Lista dos projetos piloto de pesquisa participante / Projeto PRAPEM / MICROBACIAS 2

Município	Título / tema de pesquisa
Guaraciaba	PP em RN na MB ¹⁰ Ouro Verde (resgate do saber local envolvendo manejo de solos e produção de leite)
Saudades	Olhar coletivo na compreensão da relação solo, água e florestas
Campos Novos	Construção de sistema de alimentação de bovinos de leite a pasto
Videira	Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SDPH), incluindo desidratação e comercialização de hortaliças e frutas
Cerro Negro	O conhecimento local na avaliação de pastagens consorciadas com floresta
São Bento do Sul	Pesquisa participativa em manejo sustentável de sistemas florestais
Ituporanga	Desenvolvimento de manejo sustentável do solo na MB Rio das Pedras
Indaial	Melhoria de sistemas agrícolas a partir de inovações locais
Garuva	Estudar e aprimorar o ciclo de vida do artesanato do Cipó Imbé na MB Palmital, articulando de forma participativa as áreas de design, manejo e economia
São Bonifácio	Qualidade de vida na MB Rio do Poncho: as experiências inovadoras do “grupo do pasto”

Fonte: De Boef & Pinheiro (2005:44).

Assim, numa das primeiras análises de resultados dos Projetos PEAP, os seus coordenadores consideraram que as “principais lições e perspectivas” (De Boef & Pinheiro, 2005:45) obtidas foram as seguintes:

- Os projetos de pesquisas participativas que estão sendo desenvolvidos em diferentes regiões de Santa Catarina estão seguindo um processo conceitual e metodológico que serve de referência para estimular experiências semelhantes em outros territórios e contextos.
- Os projetos têm demonstrado uma forte dependência na existência de organização social local para iniciar os projetos de pesquisas participativas.
- Neste contexto a estratégia do MB2¹¹ de promover a formação de Associações de Desenvolvimento nas Microbacias (ADM) facilita muito as equipes Regionais estabelecerem parcerias com as comunidades rurais.
- Outro fator estratégico é a participação dos extensionistas e outros técnicos locais no contato inicial e nos trabalhos interativos com as comunidades.

⁹ Pastoreio Racional Voisin é uma tecnologia francesa de manejo bovino que se caracteriza pela ecologia, economia e redução de trabalho no trato com o gado, resultando na produção de leite e carne com qualidade superior e custos inferiores ao do manejo convencional.

¹⁰ “MB” é a abreviação de Microbacias, e é muito utilizada no âmbito da entidade executora.

¹¹ “MB2” é a abreviação de Projeto Microbacias 2, e é bem difundida no âmbito da entidade executora.

- O processo de formação, ação e aprendizado têm naturalmente identificado os participantes mais comprometidos e motivados com os princípios da construção social de conhecimentos e da pesquisa participativa “com” as comunidades rurais.
- Alguns participantes estão enfrentando resistências e críticas em relação a esta proposta nos seus respectivos ambientes institucionais, onde predomina a relutância a mudanças. Nestes casos a estratégia tem sido o diálogo, paciência, dinâmica de grupo e atitudes de complementaridade (e não de conflito); com isso, gradativamente consolida-se o entusiasmo e o comprometimento com uma nova atitude profissional; e a maior dificuldade tem sido o estabelecimento de parcerias entre as instituições públicas e a sociedade civil organizada, particularmente ong’s e consultores autônomos.

2.3 O município de São Bonifácio

O município de São Bonifácio foi criado em 23 de agosto de 1962 pela lei n.º. 840, desligando-se do município de Palhoça nesse momento. Segundo o IBGE¹², se situa na latitude 27° 53’59”, longitude 48° 55’39” e latitude média acima do nível do mar (EPAGRI, 2005), dispendo de 461 km² de área.

O município se articula com o Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR / Grande Florianópolis¹³, uma especificidade do ordenamento territorial catarinense implementada pela lei n.º. 243/2003. A SDR / Grande Florianópolis é composta de treze municípios, onde figuram Florianópolis, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José, Palhoça, Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Água Mornas, Rancho Queimado, Anitópolis e São Bonifácio.

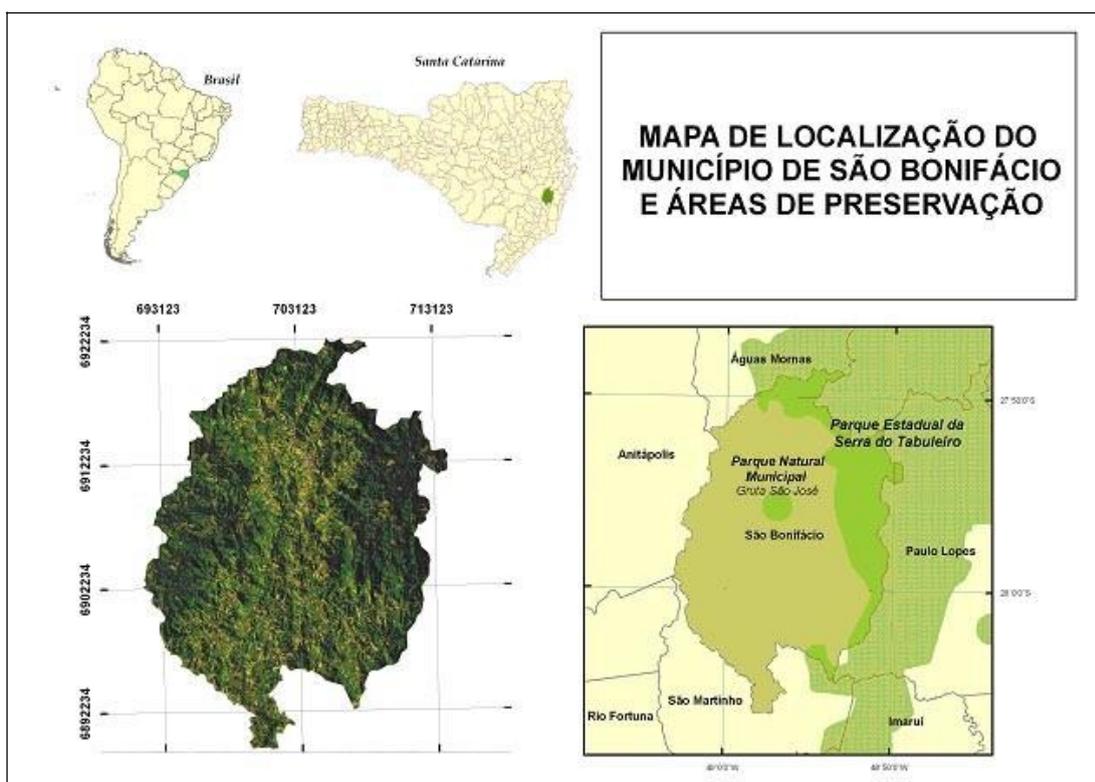


Figura 2: Localização do município de São Bonifácio (SC).
(Mapa: Glauco Ladik Antunes, 2008).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Bonifácio - 2005 / 2008 (EPAGRI, 2005), entre as formas (Santos, 1994) do município se destacam: a) hidrografia do Rio

¹² Ver <www.ibge.com.br/cidadesat/> (acesso em 2008).

¹³ Ver <http://soo.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=89&Itemid=183> (acesso em 2008).

Capivari e os afluentes Rios Sete, Paulo, Theiss, Moll, do Poncho, Engano, Atafona I, Atafona II, Bloemer, Broecker, Ferro, entre outros. b) Biodiversidade da Mata Atlântica com intervalos de Mata de Araucária impactadas, onde ainda existem figueiras, ipê, baquari, caxeta, pau-mandioca, vassourão, canela, peroba, guarapari, xaxim, bromélias, palmito e outras. c) Importantes espécies animais, como anta, puma (ou leão baio), cutia, gralha-azul, papa-banana, mandasaia, tatu, capivara, abelhas, entre outras. d) Clima subtropical úmido com precipitação média de 2.200 mm, e predominância do vento sul. e) Temperaturas de verão variando de 23 a 30°C, e inverno frio com ocorrência de geadas.

Também é importante que 55% da área do município componha uma parcela do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Para Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA, esta é “(...) a maior área de conservação no Estado. Ocupa aproximadamente 1 % do território de Santa Catarina (...) e abrange nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Sto. Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes”¹⁴.

Com 3.218 habitantes distribuídos em 935 famílias (EPAGRI, 2005), São Bonifácio contabiliza 2.300 munícipes provenientes de áreas rurais. Entre seus habitantes há uma forte identidade cultural herdada dos imigrantes da região da Westfália (Dirksen, 1995:23-24), e dentre as suas atividades a Agricultura Familiar com base no campesinato europeu (Wanderley, 2008) tem importância.



Foto 1: Sede do município de São Bonifácio.
(Autores: Anelise Mitre e Oberdan Piantino, 2006).

Entre os fluxos (Santos, 1994) do município que constam do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Bonifácio / 2005 - 2008 (EPAGRI, 2005), lista-se: a) Rede pública de educação com 1 escola estadual, 6 escolas municipais, 1 pré-escolar e 1 supletivo. b) Hospital público. c) Rede de saneamento com cobertura apenas do “perímetro urbano”. d) Sistema de coleta seletiva de lixo com cobertura para todo o município. e) Biblioteca municipal. f) Museu Professor Francisco Schaden. g) Casa do Produto Colonial. h) Igrejas católica e evangélica. i) Instituições dos governos municipal e estadual. j) Delegacia de Polícia. l) 1 agência da Caixa. m) 1 agência do BESC. n) 1 cooperativa de crédito (CRESOL). o) 1 sindicato de trabalhadores. p) 1 sindicato de produtores. q) 2 usinas hidroelétricas (cooperativas). r) TELESC. s) 1 agência dos Correios. s) 1 estádio de futebol. t) 1 centro social para múltiplos usos.

Sabe-se, ainda, que a arrecadação do município em 2005 foi de R\$ 3.163.805,31 (EPAGRI, 2005).

2.4 A formação de São Bonifácio e sua identidade cultural

A origem de São Bonifácio está profundamente vinculada com os imigrantes que vieram da região da Westfália em 1864 (Schaden, 1940:9). Esta região se localiza no noroeste¹⁵ do que atualmente é a Alemanha, já que somente em 1870 ocorreu a unificação e se tornou um país (Dirksen, 1995:19).

Estes imigrantes vieram fugindo, pois no “(...) século XIX aconteceram na Europa muitas guerras e revoluções. Primeiro foram as napoleônicas com todas as suas conseqüências que duravam dezenas de

¹⁴ Ver <www.fatma.sc.gov.br/educacao_ambiental/tabuleiro.html> (acesso em 2008).

¹⁵ Ver <www.nrw.de/nordrhein-westfalen/index.php> (acesso em 2009).

anos. (...) Depois aconteceram as revoluções. A Revolução de 1848 provocou um clima de instabilidade e insegurança. (...) Em 1870 estourou a guerra franco-prussiana” (Dirksen, 1995:19).

A ocorrência e as conseqüências da Revolução Industrial também explicam este movimento migratório, tal como destacam as citações abaixo:

“(...) era comum famílias ou mesmo levas de famílias vizinhas da mesma comuna abandonarem suas propriedades fugindo à perseguição das autoridades fiscais e policiais, para embarcarem em portos dos Países Baixos (Holanda) à procura de uma nova existência na América. A legislação vigente proibia a emigração e, caso alguém partisse, perdia o direito de cidadania, isto é, deixava de ser alemão. / Os meeiros e rendeiros, por sua vez, pagavam caro pelo uso da terra. Os artesãos não tinham condições de concorrer com os produtos manufaturados das indústrias” (Dirksen, 1995:19).

“Durante o século XIX, a Alemanha foi um dos grandes países de imigração da Europa, devido ao processo de unificação nacional e de industrialização. As ondas anteriores a 1870 foram fruto da ausência de desenvolvimento. Emigravam filhos de camponeses, cujas propriedades tinham atingido a condição de minifúndio e não poderiam mais ser divididas; artesãos, incapazes de encontrar ocupação nos estreitos mercados locais, etc. Com o desenvolvimento da grande indústria no último quartel do século, o novo modo de produção fez surgir um excedente populacional diferente: artesãos e trabalhadores da indústria doméstica arruinados pela concorrência das grandes fábricas, proletários lançados ao desemprego pelas crises da conjuntura, camponeses tornados redundantes pela revolução agrícola paralela (Singer, 1977). A Itália ocorreu idêntico processo” (Raud, 1999).

O imigrante da Westfália fez sua viagem “(...) em navio a vela e levava em torno de 60 dias do porto de embarque, na Holanda ou Alemanha, até Florianópolis. (...) No Rio de Janeiro era feita a notificação de chegada e baldeava-se do ‘transatlântico’ para um navio costeiro brasileiro que levava o imigrante até Desterro” (Dirksen, 1995:27). Uma vez em Florianópolis, ele era instalado na Colônia Teresópolis, fundada em 1859 (1995:37) e localizada a “(...) 48 km da capital sobre a estrada de Lages” (1995:37).

Das bibliografias investigadas, a que melhor caracteriza a região, o povo e o imigrante da Westfália é a de Dirksen (1995:23-24), oferecendo a seguinte descrição:

“A região da Westfália era controlada pelo bispado de Munster e, como tal, permaneceu católica. A religião não era para os alemães, tanto católicos como luteranos, um verniz de superfície exterior, mas um conjunto de convicções de fé profunda baseadas num sólido conhecimento da doutrina aliado a uma prática assídua dos deveres religiosos. / Uma das regiões caracterfsticas da Alemanha é a Westfália. Localiza-se no noroeste da Alemanha e faz fronteira com a Holanda. É uma terra completamente plana e uniforme. Um ditado regional diz que, quando alguém espera uma visita, já pode ver as pessoas chegando a três dias de distância. O dialeto falado é o *Westfalisch Platt Deutsch*. A capital é a cidade de Munster. Por isso, os imigrantes falavam em *Munsterland* quando se referiam a terra natal. / Os westfalianos são conhecidos como pessoas de poucas palavras, perseverantes, amantes da liberdade, conservadores... Além disso, são considerados enérgicos e conseqüentes. Singular é sua vocação para o humor e a sátira. / Na época da imigração, a principal atividade econômica era a criação de gado e agricultura. Se não existe montanhas naturais, então se produz o *Buterberg*, o ‘morro de manteiga’, título atribuído àquela região por causa da grande produção de leite e seu derivado principal, a manteiga. Entre as festas tradicionais da região destacam-se: *Schutzfest*, a Festa dos Atiradores, celebrada em quase todas as cidades, e a *Stopffest*, a Festa do Restolho, celebrada na cidade de Vechta após a colheita do trigo, no mês de agosto. Não havia, na região de Munsterland, grandes centros urbanos. O que caracterizava a região eram os inúmeros *Dorf*, pequenos povoados ou aldeias. Por volta de 1860, quando aconteceu o grande êxodo para o Brasil, ainda existia na Westfália muitos *Bauern*, ‘fazendeiros’, e também alguns *Adlingen*, nobres, com muitos agregados, rendeiros e meeiros. Havia também pequenos proprietários, que direta ou indiretamente dependiam dos *Bauern* ou *Adlingen*. / Sendo uma região situada bem ao norte da Europa, o inverno é longo e rigoroso. Por causa do frio, o espaço da casa era dividido entre pessoas e animais. Na parte destinada às pessoas, o fogão ficava no centro para aquecer todo ambiente. Também a vestimenta e o agasalho é apropriado a este clima, o lenço branco na cabeça das senhoras, os *Holzschue*, tamancos de madeira, ou botas” (Dirksen, 1995:23-24).

Depois de instalados na Colônia de Teresópolis, os imigrantes trabalharam muito até formarem suas pequenas propriedades, iniciando estas atividades a partir duma floresta exuberante praticamente intocada e ferramentas manuais. Assim, como “(...) estavam ocupadas as terras próximas da sede Teresópolis, era necessário colonizar partes mais distantes. Em Teresópolis (...) existia uma grande barraca, onde se abrigavam os imigrantes. Em atenção a esse edifício, aliás, a vila de Teresópolis era até a pouco conhecida como ‘Die Brack’” (Schaden, 1940:9). Neste momento da formação de

propriedades, “(...) as mulheres e crianças ficavam nessa barraca, os homens partiam com os filhos crescidos a procura de um terreno apropriado, onde levantavam o primeiro rancho, que, embora extremamente primitivo, satisfazia as necessidades do momento” (1940:9).

Existem mais dados sobre São Bonifácio e seus fundadores, mas como o propósito do artigo é resgatar a construção da Marca Coletiva e da Cesta de Bens Territoriais, os dados apresentados já são suficientes para caracterizar quem era este imigrante da Westfália e como ocorreu a formação de São Bonifácio.

Deste modo, uma primeira tentativa de compreender esta questão identitária parece indicar que São Bonifácio possuiu uma identidade cultural alemã, mas isto não está correto. Na verdade, alemães eram todos os que falavam o idioma alemão entre os imigrantes que vieram ao Brasil numa época em que a Alemanha ainda não existia. Tanto é que haviam suíços, holandeses, austríacos e outros entre os imigrantes “alemães”, configurando um mosaico cultural diversificado e um idioma em comum.

De fato há aí uma base cultural germânica, para a qual antropólogos e historiadores tentam equacionar a definição mais exata para esta questão. A antropóloga Seiferth (2004:152), por exemplo, debate dois conceitos: o primeiro se refere a noção de “cultura híbrida” e o outro à cultura “teuto-brasileira”. Ambos, entretanto, remetem “(...) a uma concepção de identidade fundada na diferença cultural característica de sistemas interétnicos” (2004:152). O pesquisador e historiador Voigt (2008) também trabalhou o tema, defendendo que “*Teuto-brasileiro* é a designação genérica que se atribui aos grupos de descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, os espaços destinados pelo Governo brasileiro ou por empresários particulares para sua ocupação sistemática, sobretudo nos Estados do Sul” (2008:75).

Como os aspectos antropológicos da pesquisa ainda estão sendo trabalhados por especialistas, esta questão continua em aberto na nossa equipe de pesquisadores, mas é possível adiantar que São Bonifácio não é um micro-território alemão, sendo mais sensato crer que se trata de um micro-território de brasileiros com traços patrimoniais teuto-brasileiros, no qual aspectos interétnicos se conjugam a partir da cultura da região da Westfália do século XIX e a cultura colonial de Santa Catarina, ainda em processo de Formação Socioespacial.

2.5 Os ciclos de desenvolvimento do município

A partir do exercício de tentar determinar a Formação Socioespacial (Santos, 1980) de São Bonifácio, distinguiu-se três ciclos de “desenvolvimento”, entre os quais o último corresponde ao embrionário processo de Desenvolvimento Micro-Territorial Sustentável do município (Simões & Carvalho, 2008). A maior parte das informações relativas a estes ciclos foram relatados pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de São Bonifácio (gestão encerrada em 2008) e o Secretário Executivo da EPAGRI em São Bonifácio (gestão de 2004 a 2008). Segue, então, a síntese destes ciclos.

2.5.1 O primeiro ciclo: formação de propriedades e sobrevivência

Marcado pela chegada dos primeiros imigrantes em 1863, este é o momento de formação das primeiras propriedades e a subsequente luta pela sobrevivência das famílias aí instaladas. A produção possível era destinada à subsistência das famílias e alguma coisa era encaminhada ao escambo. Comercializar bens agrícolas só iniciou em 1950, com destaque para o produto “porco-banha” (Buss, 2006). Após este momento inicial, o comércio foi assumido pela família “Roesner” a partir de quatro armazéns localizados em pontos estratégicos das comunidades do Rio Sete, Santo Antonio, Santa Maria e a sede de São Bonifácio. Estes armazéns regulavam o comércio local, a aquisição da produção local e os produtos externos, e, de fato, caracterizavam um monopólio, o qual gerou forte dependência social, política e econômica dos colonos.

São Bonifácio deixa de ser Vila e passa a ser um Distrito do município de Palhoça. Nesta época o setor madeireiro era uma atividade secundária, e servia de alternativa para geração de renda. As condições exuberantes da floresta nativa aliada à demanda da construção civil de Florianópolis e Tubarão estimularam, então, a implantação e o fortalecimento de várias madeireiras, dando espaço à venda de “volume de mato” dos colonos. Com a crise da produção de “porco-banha”, provocada pelo

surgimento do óleo de soja, aparece o extrativismo da floresta, e um novo espaço de dominação política, econômica e social pelos “Roesner”.

Assim, as atividades da agricultura familiar dos colonos foram mantidas na marginalidade, com o cultivo de hortifrutigranjeiros diversificados e fumo como alternativa de renda às famílias com maior número de integrantes. Os cereais serviam para o consumo familiar, com destaque para o milho e algum excedente vendido à bovinocultura de corte e leite e à avicultura colonial (Carvalho, 2008).

2.5.2 O segundo ciclo: aperfeiçoamento técnico da produção

A produção de fumo de São Bonifácio iniciou em 1955, e seu ápice ocorreu na segunda metade dos anos 70. Relatos de produtores assumem que a atividade buscava o aumento de produtividade com o apoio de assistência técnica. Isto deu início ao modo integrado e moderno de produção, o qual estreitou a comercialização entre os colonos e as agroindústrias. Em 76 foi instalado o escritório local da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina - ACARESC, que, com as indústrias fumageiras, determinou a mudança do modelo de produção local. Estes serviços de extensão rural, assistência técnica pública e privada e a disponibilidade de crédito produziram, então, mudanças significativas no colonato.

A ação da assistência técnica e da extensão rural pública dos anos 70 e 80 também resultou em novas formas de organização dos agricultores, valendo registrar aqui a instituição da Comissão Municipal de Agricultores - CMP como responsável pelo Grupo de Jovens “4S” e a formação de jovens lideranças na época. Mais tarde a CMP se transforma no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, organizando unidades demonstrativas com aquisição de insumos e equipamentos.

Na metade dos anos 70 ocorre um declínio nas atividades das madeireiras, pressionadas pela legislação ambiental, e a produção de fumo declina a partir de 75. Nos anos 80 e 90 os colonos apostaram no aperfeiçoamento das atividades da Agricultura Familiar como alternativa econômica, estimulados pela extensão técnica estadual. A perspectiva era comercializar produtos através da criação de uma cooperativa de agricultores, a qual venderia sua produção à usina de beneficiamento DOVALE, no município de Palhoça, mas a iniciativa não deu certo por problemas de logística e custos altos. No final de 1980 os agricultores fizeram uma outra tentativa coletiva, motivados pela extensão rural. Desta vez construíram um laticínio comunitário que também não teve êxito, e de onde emergiu a empresa Laticínios Doerner posteriormente.

A organização social e política dos agricultores e sua representação junto ao poder municipal se dava através do CMDR, que se manteve constante. É desta entidade a autoria do “Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário” dos anos 80, com a formação de equipe técnica municipal de agricultura e o incremento de patrulha agrícola mecanizada. Além de outros planos de autoria das secretarias municipais de educação, saúde e obras, estas iniciativas propiciaram ao município serviços profissionais de nível superior. O resultado disto foi um aumento expressivo da produção de leite, animado pelas “linhas de produção” de fora do município, atraídas pelo serviço público e a iniciativa privada. Esta ação garantiu o funcionamento do laticínio já instalado e a implantação de um novo laticínio em 94 - a empresa Latelli.

Também é deste período à inauguração da fábrica de embutidos FRIGOSERRA na comunidade do Rio Atafona I, assim como surgiram os primeiros empreendimentos do setor de turismo rural, com destaque à Estância Hidromineral Berkenbrock e à Pousada das Hortênsias. Relatos atribuem a este momento os processos de seleção com exclusão do público prioritário para os serviços oficiais de extensão rural, os quais não contemplaram os extratos sociais mais necessitados nas políticas de governo da época.

Neste ciclo a Agricultura Familiar também conseguiu sobreviver, apresentando, todavia, uma cadeia de produção e comercialização diferente da do ciclo anterior. O cultivo diversificado de hortifrutigranjeiros, por exemplo, extrapolou os limites do município, sendo escoado por atravessadores para São José, Florianópolis, Tubarão e Joinville. Porém, também entrou em cena o feirante itinerante, a venda direta da produção familiar e a permuta de produtos industrializados com outras localidades. O principal produto dessas feiras era o queijo colonial, mesmo não satisfazendo as normas da Vigilância Sanitária.

O fumo teve um pico no período, mas apresentou redução de membros das famílias nestas produções quando os debates sobre qualidade de vida e saúde dos agricultores começaram. Os cereais apresentaram uma redução na produção, o milho elevou a sua e era destinado às forrageiras para alimentação animal, através de ensilagem. A avicultura colonial se transformou, perdendo importância nos núcleos familiares e cedendo espaço à avicultura integrada. Na bovinocultura a atividade leiteira se fortaleceu, e teve grande repercussão sócio-econômica com a venda de leite para os laticínios locais. A apicultura também marcou presença, apesar de comercializar em bruto sua produção com os entrepostos de mel. A suinocultura perdeu posição com a alteração dos padrões raciais, aumento dos custos de produção e falta de abatedouro legalizado no município.

Neste segundo ciclo a dominação política, econômica e social esteve sob o controle das agroindústrias - principalmente os laticínios -, dos comerciantes e do setor madeireiro local.

2.5.3 Terceiro ciclo: desenvolvimento micro-territorial sustentável

O Projeto PRAPEM / Microbacias 2 do Governo de Santa Catarina, executado pela EPAGRI, iniciou um novo paradigma e um novo ciclo de desenvolvimento no município, onde aumentar a renda de pequenos produtores foi conjugado com a promoção da sustentabilidade sócio-ambiental.

Segundo Carvalho (2008), a execução do Projeto iniciou em São Bonifácio em 2005 com o zoneamento do município em quatro microbacias: a do Rio do Poncho, Rio Sete, Rio Santo Antonio e Rio Capivari. Em seguida foi contratado um agrônomo como facilitador do processo, que era natural do município e que tinha experiência em extensão universitária de Pastoreio Racional Voisin em São Bonifácio. Um outro extensionista da EPAGRI veio transferido, e ficou encarregado de coordenar a implantação do Projeto no município. Tratava-se de um agrônomo com experiência e extensão rural, que já era pós-graduado em agroecossistemas, que estava sendo capacitado em pesquisas participativas pelo Projeto PRAPEM / Microbacias 2. Esta pequena equipe operou com uma abordagem sistêmica e participativa, com a qual conceberam e implementou o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do município (EPAGRI, 2005).

Esta abordagem e os respectivos trabalhos vieram de encontro com as idéias e interesses dos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, resultando, enfim, numa parceria interinstitucional e um reforço teórico-metodológico às atividades da agricultura no município. Num primeiro momento estes atores sociais acordaram princípios, valores e metas dos seus trabalhos, os quais, até então, não possuíam uma coordenação integrada. Atuavam, portanto, setorialmente e sem uma perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

A partir deste pequeno arranjo interinstitucional e de reuniões semanais, produziu-se uma agenda de trabalho comum e a decisão de dar atenção à questão da identidade cultural do município. A reflexão e a aplicação conjunta desta metodologia de trabalho refinou a percepção e o sentido de participação comunitária, otimizou as relações sociais dos agricultores com outros agricultores, dos agricultores com os técnicos do município, e dos atores sociais locais com os atores sociais externos ao município. Esta nova dinâmica coincide com o momento da construção intencional de capital social no município, denotando que as metas destas ações não era o único elemento estratégico do processo.

Em seguida emergiram as demandas comunitárias, tal como a falta de solidariedade nos processos de execução de metas de governo, a falta de cooperação entre os agricultores, a baixa auto-estima da comunidade por possuírem renda insuficiente, a ausência de linhas crédito adequadas à realidade local, a importância sócio-econômica das cadeias produtivas do município, entre outras. Para tentar sanar estas deficiências, formaram o “Grupo do Pasto” na microbacia do Rio do Poncho, integrando agricultores das comunidades do Rio Sete, Santo Antonio e da sede do município, técnicos da EPAGRI e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Esta iniciativa foi fundamental na definição operacional e participativa de um trabalho orientado para o desenvolvimento rural sustentável do município, e afirmou o “pasto” como a primeira demanda da comunidade, pois era a atividade de maior impacto sócio-econômico do município, envolvendo produção bovina de leite e carne, e mais tarde de ovinos, com carne e lã.

Vencida a primeira etapa de concepção teórico-metodológica do processo de trabalho deste ciclo e a definição do tema de ação centrado no Grupo do Pasto, a decorrência natural foi a formação de novos

temas e novos grupos, tais como: o Grupo de Discussão do Pasto II; o Grupo de Discussão da Árvore, interessado na legislação ambiental vigente e a implantação de um sistema agrosilvopastoril; o Grupo de Discussão do Design, ocupado com a comercialização de produtos coloniais e a criação da marca de São Bonifácio; o Grupo de Discussão das Atafonas, entretido na possibilidade de reativar as atafonas locais e o complexo produtivo do milho “amarelinho” (necessário à produção artesanal de pão de milho tradicional); o Grupo de Discussão do Crédito Rural, que implantou uma agência de crédito solidário CRESOL¹⁶ no município; e outros.

Ativar esses novos grupos demandou uma nova organização para os trabalhos e uma equipe capaz de gerenciar tantas novidades. A solução foi instituir informalmente uma equipe composta de profissionais da EPAGRI, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e um profissional de um dos laticínios do local. Este coletivo se assumiu como a “Equipe Local da Agricultura”, e atuou nos moldes duma agência de desenvolvimento local, embora não houvesse recursos financeiros adicionais para tanto. A primeira ação da Equipe foi otimizar o algoritmo dos trabalhos de cada uma das instituições aí implicadas, na tentativa de integrar tanto quanto possível às atividades e utilizar com maior eficiência os recursos humanos e materiais disponíveis no município.

Em seguida novas parcerias foram firmadas, tanto com professores da UDESC e da UFSC quanto com profissionais da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR / São José, do Banco do Brasil, de prefeituras de municípios vizinhos (como Santa Rosa de Lima, Anitápolis e Santo Amaro da Imperatriz), de sindicatos e de um conselho de classe (o CREA). Todas parcerias foram firmadas informalmente. Todavia, se por um lado esta iniciativa deu a partida na implementação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do município, por outro ampliou a carga de trabalho de cada um dos profissionais da Equipe Local de Agricultura, onde as atribuições de cada um foram adicionadas de mais atividades. É preciso enfatizar que a ação desta Equipe Local e suas soluções não foram institucionalizadas, conotando que este ciclo de desenvolvimento foi empreendido mais por pessoas que por instituições, envolvendo, inclusive, o ônus de trabalho que excedeu as obrigações regulamentares para construir a agenda comunitária deste novo ciclo de desenvolvimento.

Com esta abordagem e procedimentos muitos resultados foram conquistados, e uma parcela destes segue descrita: resgate da culinária típica local; resgate da história do município; revigoração da identidade cultural do município; estímulo à reativação das atafonas; estímulo à reativação da cadeia produtiva do milho “amarelinho”; criação da Secretaria Municipal de Turismo; construção do portal turístico de São Bonifácio; construção da Marca Coletiva; 190 novos sócios da cooperativa de crédito CRESOL; planejamento, articulação e realização do 1º Seminário Regional de Produção de Leite, Carne e Lã a Base de Pasto; planejamento, articulação e realização do 1º Dia de Campo Regional sobre Produção a Pasto e Desenvolvimento Local; planejamento, articulação e realização da VIII Festa Regional do Pão de Milho de São Bonifácio; planejamento, articulação e realização da Expofeira de Produtos Coloniais de São Bonifácio; planejamento, articulação e realização da Expofeira de Gado; planejamento, articulação e realização do II Seminário Regional sobre Desenvolvimento de Territórios Coloniais; comercialização de produtos orgânicos na Ecofeira da UFSC; dentre outros.

2.6 O processo de construção e da Marca Coletiva e da Cesta de Bens Territorial de São Bonifácio

O primeiro convite para conhecer São Bonifácio partiu de Anselmo Cadorin, então Diretor de Marketing e Comunicação da EPAGRI. O convite era, na verdade, para fazer uma palestra sobre o Projeto Mafra (PEREIRA *et al.*, 2004) para os agricultores familiares de São Bonifácio. O Projeto Mafra é parte de uma pesquisa realizada entre 2002 e 2003, onde algumas soluções de design produziram bons efeitos e foram analisadas cientificamente. Eram soluções integradas de design, e resultou numa família de produtos que parecia pertencer a uma mesma organização.

Em paralelo, as atividades de implantação do Projeto PEAP de São Bonifácio estavam em curso, onde, dentre outros temas, já se falava em animar as famílias de agricultores do local. Assim, ao terminar a palestra, houve repercussão e a vontade de se fazer algo do gênero em São Bonifácio. Esta oportunidade acabou se transformando no tema da disciplina de Prática Projetual em Design Gráfico V

¹⁶ Cooperativa de crédito, vinculada com os agricultores familiares, que dispõe de recursos com um custo financeiro menor que os bancos convencionais.

do Curso de Design da UDESC, no primeiro semestre letivo de 2006. Esta estratégia funcionou bem tanto para a comunidade de São Bonifácio, que não dispunha de meios para financiar um projeto desta natureza, quanto para os estudantes, que puderam treinar suas capacidades técnicas. Para tanto, serviu de subsídio à tomada desta decisão o fato de ter sido professor dos mesmos estudantes em disciplinas anteriores, como as de Gestão do Design Gráfico II e Tópicos Especiais em Design Gráfico I. Nessas oportunidades apresentei-lhes os conceitos de Desenvolvimento Sustentável, Economia Solidária e Design para a Sustentabilidade. Também considerei que eles eram estudantes de final de curso.

Deste modo, a repercussão da palestra e a efervescência das reuniões participativas com as quais a Equipe Local de Agricultura implementava o Plano de Desenvolvimento Rural de São Bonifácio (EPAGRI, 2005) ativou um novo circuito social e instigou um embrionário ciclo de desenvolvimento no município, extrapolando as dinâmicas do Grupo de Discussão do Pasto em muitos outros grupos de agricultores familiares, tal como ocorreu com o Grupo de Discussão do Design, por exemplo.

O Grupo de Discussão do Design resolveu empreender, então, uma marca para o município, tendo como “tema gerador” as atafonas (moinhos de pedra que num passado recente do município eram movidos à água), o milho “amarelinho” (uma variedade local) e o pão de milho tradicional de São Bonifácio, além dos produtos coloniais com os quais se consome pão de milho, como mel, geléias, doces, biscoitos, licor e outros.

Naquela disciplina de Projeto da UDESC, quatro equipes de projeto foram formadas com o objetivo pedagógico de estimular o debate entre elas, e quatro projetos de marca foram elaborados. No final do semestre letivo os quatro projetos foram apresentados à comunidade, e após uns três meses uma delas foi escolhida como a Marca Coletiva e Territorial de São Bonifácio.

Esta ação demandou muitas reuniões de planejamento e a coordenação de várias atividades conjuntas de docência e da Equipe Local de Agricultura, tais como: acordar abordagens metodológicas, valores e o objetivo dos projetos de design; pactuar com os estudantes que caberia aos agricultores familiares de São Bonifácio a escolha de uma entre as demais marcas elaboradas, caso eles se interessassem por alguma; consensuar que esta marca é patrimônio cultural, imaterial e coletivo dos agricultores familiares de São Bonifácio; apresentar a UDESC aos agricultores familiares de São Bonifácio; apresentar algumas propriedades de agricultores familiares de São Bonifácio aos estudantes da UDESC; receber o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, o Secretário Executivo do Projeto PRAPEM / Microbacias II / EPAGRI e outros técnicos de São Bonifácio na UDESC, para exporem o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Bonifácio aos estudantes; apresentar os projetos elaborados (ou propostas) à comunidade de São Bonifácio.

Resultado destas atividades seguem nas imagens abaixo:



Foto 2: Estudantes apresentando as suas propostas em São Bonifácio.
(Autor: Mauro De Bonis Almeida Simões, 2006).

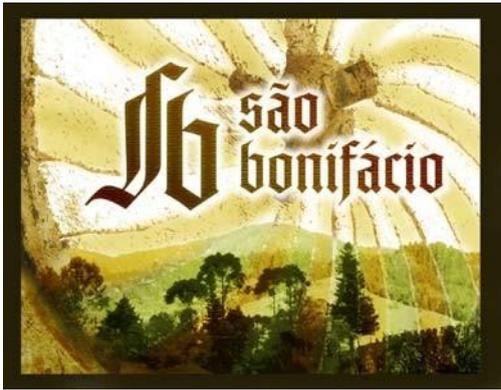


Figura 2: A Marca Coletiva e Territorial de São Bonifácio.
(Autores: Anelise Mitre e Oberdan Piantino, 2006).

Tal como se verifica, os signos mais expressivos da Marca são: a) uma atafona estilizada em um sol e um céu; b) um relevo montanhoso e arborizado; e c) uma família tipográfica com traços germanizados.

A mensagem visual da Marca captou sutilezas da estética teuto-brasileira de São Bonifácio, e consegue expressar a identidade cultural do micro-território. As atafonas, por exemplo, vieram ao Brasil nos porões dos navios dos imigrantes que fundaram São Bonifácio se reinventando com as memórias das próprias origens e das novidades de um novo mundo. Assim, se na Europa os westfalianos cultivaram o trigo - uma cultura vegetal adequada para locais bem frios - , em São Bonifácio eles produziram o milho - que pertence ao patrimônio agrícola do índio brasileiro. Se na Europa eles moveram as atafonas com força motriz animal - já que a região era muito plana - , em São Bonifácio eles usaram a força de inúmeras quedas d'águas, produzindo, portanto, um sincretismo cultural notável.



Foto 3: Uma atafona de São Bonifácio, desmontada.
(Foto: Mauro De Bonis Almeida Simões, 2006).

O relevo de São Bonifácio também é significativo na Marca, e curiosamente não se reporta à paisagem plana da Westfália. Ao escolher esta imagem a comunidade também se revela mais um pouco da sua identidade cultural, pois se esta família tipográfica é assumida por muitos designers como um antigo clichê¹ para comunicar a idéia de germanidade, para comunidade de São Bonifácio denota uma forte referência da Westfália do século XIX, correspondendo a uma expressão visual da identidade cultural deles, ou da sua estética territorial.

Em relação às embalagens da Cesta de Bens Territoriais, estas foram planejadas por estudantes da disciplina de Prática Projetual em Design Gráfico VI do Curso de Design da UDESC, também sob a minha orientação, e a comunidade de São Bonifácio novamente pode fazer sua escolha. Entretanto, as normas da Vigilância Sanitária implicam em desafios que ainda não puderam ser superados, as quais, se forem atendidas, poderão desconfigurar a tipicidade dos produtos locais de São Bonifácio, transformando-os em uma possível “commoditie” bem embalada, tal como as tantas que estão nas gôndolas dos supermercados.

Um outro desafio reside em aguardar os estudos de mercadologia que definirão se os produtos de São Bonifácio serão comercializados apenas nos circuitos curtos (como na Casa dos Produtos Coloniais de São Bonifácio ou na Ecofeira da USCF), ou se também serão oferecidos nos circuitos longos (como as cadeias de supermercados, por exemplo). No primeiro caso, as embalagens servirão para identificar os produtos e respectivos produtores, encantando os consumidores pela sua tipicidade artesanal e colonial; no segundo, elas serão obrigatórias por força de lei.

Assim, as embalagens avançaram apenas até o ponto de definir um caminho de visualidade para os produtos típicos de São Bonifácio, tal como segue na embalagem abaixo:



Foto 3: Projeto de embalagem escolhido pela comunidade de São Bonifácio (Autores: Anelise Mitre e Oberdan Piantino, 2006).

3. Discussão

As experiências dos Projetos PEAP tinham a orientação de serem compreendidos como processos e não apenas como metas, desde as suas respectivas gêneses. De fato, os dois Projetos PEAP em que tive a oportunidade de contribuir reverberaram de modo interessante, produzindo, inclusive, resultados secundários mesmo após o término deles, tais como:

- O Projeto PEAP de Garuva foi objeto de uma edição do programa Globo Ecologia em outubro de 2008. A comunidade de artesãos focalizada no Projeto foi reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente através da publicação “Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil - Cipozeiros de Garuva / Mata Atlântica, Santa Catarina”. O coordenador deste Projeto está aprofundando esta pesquisa na sua capacitação de doutorado, onde aperfeiçoa o conceito de “design de tecnologia” com trabalho de campo na mesma localidade e comunidade tradicional. Os “Cipozeiros” se inseriram na “Rede Puxirão”, onde várias comunidades tradicionais se mobilizam e pleiteiam direitos de uso de suas terras e o reconhecimento das respectivas identidades culturais de seus povos.
- O Projeto PEAP de São Bonifácio produziu uma mobilização social e um empoderamento comunitário que se transformou em objeto de estudo de especialização de um dos técnicos envolvidos neste processo, e de doutorado de um outro, os quais estão relacionados com a gestão de conflitos nos processos de desenvolvimento micro-territorial sustentável, respectivamente. Novos grupos de discussão continuam emergindo no município. A comercialização de produtos orgânicos de São Bonifácio na Ecofeira da UFSC está bem firmada, e novos locais de comercialização direta foram abertos, como o de Pedra Branca / UNISUL e uma banca de agricultores familiares no CEASA. Grupos de agricultores agora rateiam a compra de caminhão ou de outros implementos, dinamizando o empreendedorismo econômico-solidário local. Outras experiências de marcas territoriais e de marcas coletivas estão sendo elaboradas, aprimoradas a partir da experiência de São Bonifácio e de Garuva.

Quanto ao Projeto PEAP de São Bonifácio e às disciplinas que produziram a Marca e Cesta de Bens Territoriais de São Bonifácio, observou-se o seguinte:

- Esta experiência operou uma prática projetual real, resultando em soluções de projeto originais e a resolução concreta de variáveis de projeto, tais como: o cliente era um sujeito coletivo e difuso (o que ainda não é bem conhecido nos mercados de trabalho de design); a gestão do tempo foi precisa e pontual (com um cronograma de datas fixadas em função da agenda de trabalho da Equipe Local de Agricultura e das dinâmicas do cotidiano da comunidade de São Bonifácio envolvida no processo).
- A experiência oportunizou aos estudantes um exercício projetual a partir de conceitos atuais, tais como o de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Marca Coletiva e Territorial e Cesta de Bens Territoriais.
- Esta iniciativa foi direcionada ao desenvolvimento rural, empoderando um município e não apenas uma agroindústria ou uma empresa, tal como freqüentemente se faz nas práticas projetuais universitárias.
- Viajar, conhecer o local e os atores sociais de São Bonifácio foi estimulante tanto para os estudantes quanto para a comunidade de São Bonifácio.
- A experiência promoveu uma excelente imagem da UDESC em relação às entidades envolvidas no processo, assim como em relação à comunidade de São Bonifácio e outras localidades próximas, as quais estão interessadas em projetos de design deste tipo.

Considerações finais

Há décadas se discute as várias tipologias de desenvolvimento, tais como: desenvolvimento econômico, desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento local, ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local sustentável, desenvolvimento durável, desenvolvimento territorial e, mais recentemente, desenvolvimento territorial sustentável, bem como são debatidos seus respectivos resultados práticos. Estas experiências ensinam lições importantes, e oportunizam a formulação de novos conhecimentos técnico-científicos, sociais, econômicos e ambientais.

Neste sentido, o design pode - e deve - se beneficiar de cada uma dessas discussões e oportunidades, onde a perspectiva de ampliar os próprios conhecimentos é animador tanto para o campo da pesquisa, quanto à extensão e aos processos de aprendizagem, podendo mesmo se tornar um campo de estudos e de trabalhos de grande prestígio junto à sociedade contemporânea.

A experiência de São Bonifácio produziu muitos e variados efeitos positivos e alguns novos desafios, entre os quais é preciso investigar como é possível dar continuidade a um processo de desenvolvimento em meio à transição da gestão pública municipal protagonizada por grupos antiquados e conservadores, para ficar apenas com um exemplo. Por isso, é importante prorrogar a investigação científica deste novo campo de estudos em design, o qual agora se relaciona com a noção de território e avança para possíveis processos de desenvolvimento sustentável de micro-territórios rurais com distintas identidades culturais. O Estado de Santa Catarina possui excelente perfil e expressivo potencial para estas investigações, podendo mesmo ganhar muito em termos sociais, econômicos e ambientais se potencializar experiências como esta de São Bonifácio, tal como já ocorre em muitos territórios rurais de países que integram a União Européia, fomentados pelo Programa LEADER (Observatório Europeu dos Territórios Rurais, 2007 / Observatório Europeu dos Territórios Rurais, 2008).

Bibliografia citada

ABRAMOVAY, Ricardo. "O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural" in: **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003. Pp. 80-100.

ABRAMOVAY, Ricardo. "Para uma teoria dos estudos territoriais" in: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo; LATTUADA, Maio. **Desarrollo Rural - Organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ediciones Cccus, 2006. Pp. 51-70.

BUSS, Anselmo. **São Bonifácio - SC: Aspectos de sua história**. 3 ed. Florianópolis: Ed. do Autor, 2006.

CARRIÈE, Jean-Paul & CAZELLA, Ademir Antônio. "Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial" in: **Eisforia 4, n. especial**. Pp. 23-47. jan./jun. 2006.

CARVALHO, Ricardo de Souza. **Conflitos e Construção de Capital Social no Processo de Desenvolvimento Territorial de São Bonifácio (SC)**. Monografia de Especialização - CCA / UFSC. Florianópolis, 2008.

CERDAN, Claire; SOUZA, Maria Célia Martins de; FLORES, Murilo Xavier. **El patrimonio cultural como elemento estratégico para el desarrollo territorial - dos casos de la inmigración italiana en Brasil**. Florianópolis: UFSC / Instituto de Economía Agrícola / CIRAD, 2007.

OBSERVATÓRIO EUROPEU DOS TERRITÓRIOS RURAIS. **Seleção de melhores práticas Leader**. Bruxelas: OETR, 2007.

OBSERVATÓRIO EUROPEU DOS TERRITÓRIOS RURAIS. **Seleção de melhores práticas Leader**. Bruxelas: OETR, 2008.

DE BOEF, Valter Simon & PINHEIRO, Sérgio Leite Guimarães. Construção social de conhecimentos: uma experiência de formação, ação e aprendizado promovendo pesquisas participativas 'com' comunidades rurais em Santa Catarina. **Eisforia 1, n. 1**. Pp. 33-47. jan./jun. 2003. 2005.

DIRKSEN, Valberto. **Viver em São Martinho: A colonização alemã no Vale do Capivari**. Florianópolis: Ed. do autor, 1995.

GADOTTI, Moacir. "A dialética: concepção e método" in: **Concepção Dialética da Educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990. Pp. 15-38.

LENOIR, Yves; HASNI, Abdelkrim. "La Interdisciplinaridad: por un matrimonio abierto de la razón, de la mano y Del corazón" in: **Revista Ibero Americana de Educación**, n. 35. may-ago. 2004.

MANZINI, Ezio & VEZZOLI, Carlo. **O Desenvolvimento de Produtos Sustentáveis**. São Paulo: Edusp, 2002.

MANZINI, Ezio. **Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local v.3, n. 5**. Pp. 51-59, 2002.

MORIN, Edgar. **O Método 3: conhecimento o conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PASSONI, Irma Rossetto (org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Participativo**. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2007.

PECQUEUR, Bernard. "A guinada territorial da economia global" in: **Eisforia 4, n. especial**. jan./jun. 2006. Pp. 81-103.

PEREIRA, Danilo; MERINO, Eugênio; PEREIRA, Lia Krucken; ALTMAN, Rubens. **Valorização de Produtos da Agricultura Familiar Através do Design**. Florianópolis: SAR / Instituto CEPA / FUNCITEC, 2004.

EPAGRI / EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável / São Bonifácio 2005-2008**. São Bonifácio: EPAGRI, 2005.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente: perspectivas de industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis: UFSC / Blumenau: FURB, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHADEN, Francisco S. C. "Notas sobre a localidade de São Bonifácio" in: **IX Congresso Brasileiro de Geografia**. Florianópolis, 1940.

SEIFERTH, Giralda. "A idéia de cultura Teuto-Brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade" in: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 10, n. 22. jul./dez. 2004. Pp. 149-197.

SIMMEL, Georg. **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida Simões & CARVALHO, Ricardo de Souza. **Formas, Fluxos e Desenvolvimento Territorial Sustentável de São Bonifácio (SC)**. Florianópolis, 2008. Pp. 1-9.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida; ANTUNES, Douglas Ladik; TONICELO, Roberta Helena dos Santos. "Pesquisa Participante, Tecnologias Produtivas e Design para a Sustentabilidade: um Estudo de Caso com os Artesãos e o Artesanato de

Cipó Imbé de Garuva (SC)” in: MARTINS, Pedro (org.) **Território & sociabilidade: temas e práticas interdisciplinares**. Florianópolis: PEST /UDESC, 2009.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. “As representações de rural no pensamento social contemporâneo” in: **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire. “Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo” in: **Eisforia 4, n. especial**. jan./jun. 2006. Pp. 249-309.

VOIGT, André Fabiano. O teuto-brasileiro: a história de um conceito. **Espaço Plural, ano IX, n. 19**. Pp.75-81. jul./dez. 2008.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. “Raízes históricas do campesinato brasileiro” in: **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: IUPF, 1999.
